



EXTENSÃO EM FOCO ENTREVISTA BRUNO SENA MARTINS

Santhyago Camello e Beatriz de Barros Jorge



“A Internacionalização da Extensão pode ter o efeito de descolonizar as nossas concepções de mundo e de fronteira”

O Jornal Extensão em FOCO entrevistou o Professor Doutor Bruno Sena Martins, da Universidade de Coimbra, um dos coordenadores da ação extensionista “O CES vai à Escola”, realizada com alunos dos ciclos básicos e secundários da rede de ensino de Portugal. Por e-mail, o Professor Bruno falou sobre suas atividades no CES, suas pesquisas sobre acessibilidade e deficiência visual, e sobre o processo de internacionalização da Extensão Universitária.

Nota: O Jornal Extensão em FOCO deixa registrado seu agradecimento ao Professor Bruno Sena Martins por sua colaboração e presteza. Na intenção de preservar o texto original das respostas, a redação optou por manter a ortografia de Portugal.

Uma de suas atividades dentro da Universidade de Coimbra é compor a comissão coordenadora da ação extensionista “O CES vai à Escola”, que visa difundir o conhecimento científico produzido pelo Centro de Estudos Sociais para alunos dos ciclos básicos e secundários da rede de ensino de Portugal. De que maneira suas atividades no CES se relacionam com os temas deficiências e conflitos sociais, que são seus atuais interesses de investigação?

O “CES vai à Escola” resulta de uma iniciativa de jovens pesquisadores animados pela necessidade de difundir junto da comunidade envolvente, particularmente através das escolas, os resultados dos muitos trabalhos de pesquisa que são realizados pelo CES. Esta atividade de extensão foi imediatamente abraçada pelo CES como um todo, tendo havido uma assinalável mobilização dos pesquisadores no sentido de proporem sessões relativas às suas agendas de pesquisa, versando sobre as mais variadas temáticas e questões sociais. Desse modo, ao longo dos últimos anos letivos, os professores das escolas dos ciclos básicos e secundários da rede de ensino de Portugal dispõem de uma variada paleta de temas para oferecerem aos seus alunos. Basta que usem a plataforma que se encontra online (<http://www.ces.uc.pt/extensao/cesvaiaescola/>) para, de uma forma simples, solicitarem a visita do CES às suas escolas. Assim, a título ilustrativo, no ano letivo de 2013/2014 “O CES vai à Escola” atingiu a 2168 alunos, número mais relevante dado que, muitas vezes, se trata de um público afastado dos centros urbanos e que, por norma, raramente tem contacto com o conhecimento que vai sendo produzido na academia.

Um elemento importante, sobretudo face ao contexto de austeridade económica que se vive em



Portugal, é o facto de esta atividade não implicar qualquer custo para as escolas. Todas as despesas, nomeadamente as que se prendem com as deslocações pelo país, têm sido inteiramente assumidas pelo CES. Recentemente, em reconhecimento da relevância que “O CES vai à Escola” assume na divulgação científica, foi aprovada pelo “Ciência Viva” (a agência nacional para a cultura científica e tecnológica) uma candidatura que garantirá apoio financeiro a esta atividade até o final de 2014.

“

Interessa-me mostrar que a flagrante situação de exclusão social vivida pelas pessoas com deficiência não é "natural", não resulta do "modo de ser" dos seus corpos, mas de uma organização social e de valores culturais que ativamente subtraem oportunidades de participação social às pessoas que aprendemos chamar deficientes.



”

Num país como Portugal, em que a relevância dada à extensão é ainda reduzida, e num momento em que a academia europeia está cada vez mais condicionada seja pelos critérios hegemônicos de publicação em revistas indexadas, seja pela pressão neoliberal para privatização das universidades e para a instrumentalização do saber, a emergência e consolidação do “CES vai à Escola” não é separável de perspetiva à luz da qual o conhecimento deve estar, antes de mais, ao serviço de critérios de justiça e transformação social. Acredito que “O CES vai à Escola” contribui, ainda que modestamente, para a formação de cidadãos mais conscientes das

desigualdades sociais em que assenta o atual paradigma societal, fundado como é no colonialismo, na exploração capitalista, na dominação patriarcal e na supressão da diferença não naturalizada como subalteridade. Por outro lado, o “O CES vai à Escola” pretende contribuir para a própria afirmação do conhecimento enquanto fator de transformação social, dentro do nexo ensino-pesquisa-extensão, por referência àquilo que Boaventura de Sousa Santos designa por “conhecimento-emancipação”.

Não por acaso, as palavras de Boaventura de Sousa Santos, diretor do CES desde a sua fundação (1978), figuram na epígrafe da “Política de Extensão Universitária” (2012) que resultou do Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Assim, este documento reúne aquelas que, para mim, são duas importantes fontes de inspiração para pensar o conhecimento-emancipação a partir da academia: por um lado, a longa reflexão de Boaventura de Sousa Santos sobre os tortuosos caminhos da Universidade ao encontro da justiça social, por outro, o importante caminho que o Brasil tem feito na afirmação da extensão como uma componente vital da academia.

Além da minha participação na comissão coordenadora da ação extensionista “O CES vai à Escola”, no meu trabalho no CES tenho estado envolvido com projetos de pesquisa que se dedicam ao tema da deficiência. Interessa-me mostrar que a flagrante situação de exclusão social vivida pelas pessoas com deficiência não é “natural”, não resulta do “modo de ser” dos seus corpos, mas de uma

organização social e de valores culturais que ativamente subtraem oportunidades de participação social às pessoas que aprendemos a chamar deficientes. Nesses projetos de pesquisa tenho utilizado o filme documental como instrumento de divulgação cuja exibição nos mais diversos contextos se tem mostrado um recurso precioso nas atividades de extensão. Deixo aqui dois trailers desses filmes documentais: www.youtube.com/watch?v=O7WuHfR9uTc e www.youtube.com/watch?v=_8GiWycAdfs.

O senhor destaca a relevância do papel das universidades no desenvolver de políticas públicas relativas à deficiência visual e à produção do conhecimento sobre o tema. Como o senhor vê a importância da Extensão Universitária nesse processo?

As representações disseminadas acerca da deficiência visual constituem um referente cultural que, manhã após manhã, se levanta para um duelo com os intentos e quereres das pessoas cegas e com baixa visão, cujas vidas se encontram marcadas pela ausência de estruturas para a realização das suas capacidades, pela esmagadora realidade do desemprego, e pelos preconceitos e estereótipos que em todo o lugar as esperam. Perante uma realidade em que o desconhecimento público sobre a deficiência visual se irmana com uma fortíssima exclusão e precariedade, entendo que a universidade deve usar a extensão em três modalidades fundamentais: 1- Trabalhar de perto com as pessoas com deficiência visual e com as organizações que as representam, de modo a produzir um justo testemunho das suas experiências, histórias de vida e aspirações; 2- Produzir uma pedagogia pública sobre a deficiência visual de modo a transformar as concepções hegemônicas. Trata-se de desalojar antiquíssimos valores que pensam a deficiência como um infortúnio pessoal, afirmando a deficiência visual como um desafio à transformação das estruturas excludentes e das concepções visualistas da realidade que, tantas vezes,

nos fazem excessivamente certos nos nossos sentidos; 3- Finalmente, dialogar com os legisladores e políticos consciencializando-os do papel fulcral que o Estado deve assumir na garantia dos direitos humanos e da igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência.

O senhor virá ao Brasil participar do “II Colóquio Ver e Não Ver: deficiência visual, políticas de pesquisa e produção de subjetividade”, da Universidade Federal Fluminense, em outubro deste ano. É possível entender que sua presença, como professor e coordenador extensionista da Universidade de Coimbra, contribui para fortalecer a internacionalização entre as duas universidades. Qual a sua opinião sobre a internacionalização para o fazer académico?

A minha experiência de investigação junto das pessoas com deficiência tem-me mostrado a insustentabilidade (política e moral) de um trabalho académico que se confine aos espaços académicos, lugares em que o nosso Curriculum Vitae muitas vezes parece ser mais importante do que as vidas daqueles que nos rodeiam. Nesse sentido, a prática da extensão tem sido uma importante fonte de ânimo, uma significativa expressão da importância da pesquisa académica quando desagrilhoada de arcaicas pretensões à neutralidade. O diálogo que tenho mantido com a Universidade Federal Fluminense quer através de Marcia Moraes (pesquisadora na área da deficiência visual, a quem devo o convite para o II Colóquio Ver e Não Ver), quer com a coordenação da Pró-Reitoria da Extensão da UFF (que recentemente nos deu o imenso privilégio de uma visita ao CES), tem sido instrutivo das muitas possibilidades na extensão que permanecem inexplorados na minha prática. Ou seja, tanto na sua sedimentação institucional como na diversidade de práticas criativas, é-me muito presente a ideia de que a

“

Tanto na sua sedimentação institucional como na diversidade de práticas criativas, é-me muito presente a ideia de que a extensão tem virtudes que ainda me são desconhecidas e com as quais muito tenho a aprender.

”

extensão tem virtudes que ainda me são desconhecidas e com as quais muito tenho a aprender. De facto, sendo uma dimensão de atividade relativamente nova na vida universitária, é uma das dimensões que mais pode beneficiar da troca de saberes e da partilha transnacional de experiências contra-hegemónicas.

Numa outra perspetiva, tendo feito pesquisa com as pessoas com deficiência visual em Moçambique, creio que a internacionalização também pode ter o efeito de descolonizar as nossas concepções de mundo e de fronteira, levando para a extensão a ideia de que devemos procurar ir além da modernidade ocidental a fim de questionarmos, como diria Foucault, fora dos seus jogos circulares.

Um dos temas discutidos na ação “O CES Vai à Escola” chama-se “Ficheiros secretos da Guerra Colonial: Alianças escondidas, mapas imaginados”, em que são investigados as guerras de Portugal em África e o processo de descolonização dos territórios portugueses naquele continente. Qual a importância de se levar este assunto para a discussão no ambiente escolar?

A Guerra Colonial portuguesa (1961-1974) foi, durante décadas, um trauma que a sociedade portuguesa quis esquecer. Estamos perante um conflito em que o

exército português terá mobilizado mais de um milhão de homens ao longo de 13 anos, em que terão morrido 8.290 soldados, e em que o número de veteranos que adquiriram deficiências permanentes (físicas e psicológicas) se estima nas muitas dezenas de milhar. Assim sendo, falar da Guerra Colonial comporta confrontar alguns dos mitos que foram sendo tomados por realidade: o mito de que os portugueses são um povo de brandos costumes ou o mito de que o colonialismo português teve um carácter de “miscigenação” não violenta.

Implica, igualmente, olhar para realidade e para a história valorizando histórias que foram silenciadas debaixo de manto de silêncio que se apôs à guerra: as alianças militares que Portugal fez com os regimes racistas da África do Sul e da Rodésia; os soldados negros que lutaram por Portugal e que foram considerados traidores após a independência das colónias, as populações massacradas, os soldados traumatizados física e psicologicamente para o resto das suas vidas, etc.

Tendo apresentado o tema da Guerra Colonial nas escolas, através de “O CES vai à Escola”, o aspeto que mais me marcou foi, precisamente, o desconhecimento que ainda existe sobre esse momento da história recente de Portugal. Esta constatação é tanto mais desconcertante na medida em que, conforme pude perceber, quase todos os alunos tiverem algum pai ou avô que lutou na guerra, tendo vidas familiares profundamente marcadas pelas incidências desse conflito. Assim, a visita a várias escolas por Portugal constituiu uma oportunidade para enfrentar mitos fátuos e para fomentar um diálogo entre gerações. No fundo, pretende-se um revisitar do passado de tal modo que uma história de violência não se perpetue na violência do silenciamento.

